

SEXISMO COMO CULTURA DÚBIA: DA PROTEÇÃO À SUBMISSÃO

SEXISM AS A DUAL CULTURE: FROM PROTECTION TO SUBMISSION

 <https://doi.org/10.63330/armv2n5-103>

Submetido em: 09/06/2026 e Publicado em: 12/06/2026

Marco Antônio Teixeira de Paula

Mestrando em Teologia pela Faculdades EST

Silvia Clícia Corrêa dos Santos de Paula

Mestranda em Teologia pela Faculdades EST

RESUMO

O presente artigo analisa o sexismo enquanto edificação cultural ambivalente, caracterizada pela coexistência entre discursos de proteção feminina e dispositivos de submissão socialmente legitimados. Parte-se da compreensão de que o patriarcado historicamente desenvolveu formas sutis de dominação que operacionalizam não apenas pela violência explícita, mas também pela idealização da mulher como pessoa frágil, moralmente inferior e dependente do cuidado masculino. Fundamentado nas contribuições teóricas de Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu, Heleieth Saffioti, Judith Butler, Bell Hooks, Peter Glick, Susan Fiske, Marcia Tiburi e Guacira Lopes Louro, o estudo traz para o palco das discussões, como o sexismo benevolente atua na naturalização das desigualdades de gênero e na manutenção do controle simbólico sobre os corpos e comportamentos femininos. Analisa-se ainda a continuidade dessas estruturas na contemporaneidade, especialmente através das relações afetivas, da educação e das redes sociais. Conclui-se que o discurso protetivo frequentemente mascara relações de poder, tornando a submissão feminina socialmente aceitável e culturalmente reproduzida.

Palavras-chave: Sexismo; Patriarcado; Dominação simbólica; Gênero; Submissão feminina.

ABSTRACT

This article analyzes sexism as an ambivalent cultural construct, characterized by the coexistence of discourses of female protection and socially legitimized mechanisms of submission. It is based on the understanding that patriarchy has historically developed subtle forms of domination that operate not only through explicit violence, but also through the idealization of women as fragile, morally inferior, and dependent on male care. Grounded in the theoretical contributions of Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu, Heleieth Saffioti, Judith Butler, bell hooks, Peter Glick, Susan Fiske, Marcia Tiburi, and Guacira Lopes Louro, this study brings to the forefront of discussion how benevolent sexism acts in the naturalization of



gender inequalities and the maintenance of symbolic control over female bodies and behaviors. Furthermore, it analyzes the continuity of these structures in contemporary times, especially through affective relationships, education, and social networks. It concludes that protective discourse frequently masks power relations, making female submission socially acceptable and culturally reproduced.

Keywords: Sexism; Patriarchy; Symbolic domination; Gender; Female submission.

1 INTRODUÇÃO

As relações entre homens e mulheres foram historicamente organizadas a partir de estruturas patriarcais dominantes, que estabeleceram diferentes funções sociais para cada gênero. Durante séculos, atributos como racionalidade, liderança e autoridade foram associados ao masculino, enquanto à mulher atribuiu-se delicadeza, obediência, passividade e cuidado. Essas construções não surgem de fatores biológicos naturais, mas de processos culturais e históricos que legitimaram desigualdades de poder.

O sexismo, nesse contexto, manifesta-se de forma complexa e contraditória. Embora frequentemente associado à discriminação explícita contra mulheres, ele também operacionaliza por meio de discursos aparentemente positivos, como proteção, cavalheirismo e idealização feminina. Essa dimensão ambivalente torna o sexismo ainda mais eficaz, pois ressignifica práticas de controle em demonstrações socialmente aceitas de afeto e cuidado.

No translado histórico, a proteção feminina esteve frequentemente vinculada à limitação da autonomia das mulheres. Proteger significava vigiar, restringir e regular comportamentos considerados adequados à moral patriarcal. Assim, a mulher protegida tornou-se, muitas vezes, a mulher controlada.

Na contemporaneidade, tais conectivos permanecem atuantes, ainda que sob novas formas. Relações afetivas marcadas pelo controle emocional, padrões estéticos impostos às mulheres e discursos que romantizam a submissão revelam a permanência de estruturas patriarcais adaptadas às dinâmicas sociais atuais.

Diante disso, o presente artigo busca analisar criticamente como o sexismo se estrutura enquanto cultura dúbia, na qual discursos protetivos frequentemente ocultam mecanismos de dominação simbólica e submissão feminina. Para tanto, utiliza-se revisão bibliográfica fundamentada em autoras e autores clássicos e contemporâneos dos estudos de gênero, sociologia e filosofia social.

Ao problematizar o sexismo em suas manifestações contemporâneas, torna-se tão quanto necessário compreender sua estreita inter-relação com a misoginia. Longe de se restringir ao ódio explícito às mulheres, a misoginia opera por meio de processos contínuos de desqualificação, silenciamento e inferiorização feminina, atuando como mecanismo de sustentação das hierarquizações patriarcais. Nesse sentido, o sexismo fornece as bases normativas que definem os papéis de gênero, enquanto a misoginia



funciona como instrumento de controle e punição das mulheres que desafiam tais expectativas, garantindo a reprodução das desigualdades sob formas muitas vezes naturalizadas e socialmente legitimadas.

2 PATRIARCADO E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA

Segundo Beauvoir (2016), a condição feminina não decorre da natureza biológica, mas de uma construção histórica que transforma a mulher em sujeito secundário. Ao afirmar que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Beauvoir (2016) evidencia que os papéis femininos são socialmente produzidos e culturalmente ensinados e assim continuados.

Essa edificação histórica contextualiza a mulher em posições de dependência e subordinação legitimadas socialmente. O patriarcado não atua apenas através da força física ou da exclusão formal das mulheres dos contextos de poder, mas principalmente por mecanismos simbólicos que naturalizam a desigualdade.

Bourdieu (2012) demonstra que a violência simbólica opera justamente quando as estruturas de dominação são percebidas como naturais tanto pelos dominadores quanto pelos dominados. Assim, homens e mulheres internalizam normas culturais que reproduzem hierarquizações de gênero sem necessariamente reconhecê-las como opressão. Nesse contexto, características atribuídas às mulheres como docilidade, delicadeza e submissão, passam a ser interpretadas como expressões naturais da feminilidade. Entretanto, tais atributos são resultantes de processos históricos de socialização que condicionam comportamentos e expectativas sociais contextualizadas.

Desta maneira, Saffioti (2004) compreende o patriarcado como um sistema estrutural de exploração e poder que organiza não apenas as relações familiares, mas toda a dinâmica social. Para a autora, a opressão feminina articula-se às estruturas econômicas, culturais e políticas, produzindo desigualdades persistentes. A dominação patriarcal, portanto, mantém-se não apenas pela coerção explícita, mas pela capacidade de ressignificar inter-relações desiguais em normas culturalmente aceitas.

Destacam-se, também, que os discursos aparentemente positivos e protetivos do sexismo benevolente funcionam como enunciados que estabelecem julgamentos e posições de submissão antes mesmo que a opressão física aconteça. Essa capacidade performativa da linguagem em delimitar lugares sociais encontra eco na compreensão do discurso enquanto ferramenta de poder. Pedroso e Klemz (2026), em análise sobre a violência da linguagem, demonstram como a linguagem estruturada, ao operar amparada em reivindicações de autoridade e em dinâmicas de violência simbólica - nos moldes de Pierre Bourdieu -, possui a força de moldar expectativas coletivas e instituir compreensões da realidade que parecem previamente estabelecidas. Assim, o discurso sutil não é neutro: ele constrói ativamente a subordinação.

Desse modo, a permanência do patriarcado não depende exclusivamente da imposição da força, mas da capacidade de converter relações de poder em verdades socialmente tornadas como aceitas. É nesse



processo de naturalização da desigualdade que se estruturam tanto o sexismo quanto a misoginia, legitimando a inferiorização feminina e reproduzindo mecanismos de controle que, muitas vezes, são percebidos como parte contida da ordem social legítima.

3 SEXISMO BENEVOLENTE: QUANDO O CUIDADO SE TORNA CONTROLE

Peter Glick e Susan Fiske (1996) desenvolveram o conceito de sexismo ambivalente para explicar como o preconceito contra mulheres assume simultaneamente formas hostis e benevolentes. O sexismo hostil manifesta-se de maneira explícita através da inferiorização feminina. Já o sexismo benevolente apresenta-se sob discursos aparentemente positivos de proteção, cuidado e idealização.

Embora pareça menos intenso ou agressivo, o sexismo benevolente reforça a dependência feminina ao homogeneizar mulheres à fragilidade e à necessidade de tutela masculina. A mulher passa a ser valorizada não por sua autonomia, mas por sua adequação aos modelos tradicionais de feminilidade. Historicamente, o discurso protetivo foi utilizado para justificar o controle sobre os corpos femininos. A restrição da liberdade feminina em nome da moral, da honra e da família constituiu um dos principais dispositivos de manutenção do patriarcado.

A compreensão do sexismo benevolente torna-se ainda mais consistente quando articulada ao conceito de misoginia. Diferentemente da interpretação simplificada que a reduz ao ódio direcionado às mulheres, a misoginia pode ser compreendida como uma estrutura cultural que produz e legitima a inferiorização feminina. Trata-se de um sistema de desvalorização que questiona a autoridade intelectual, moral, política e social das mulheres, atribuindo-lhes posições secundárias nas relações de poder. Nesse sentido, o sexismo benevolente e a misoginia não constituem fenômenos opostos, mas complementares: enquanto a primeira recompensa mulheres que se adequam aos papéis tradicionais de gênero, a segunda atua na punibilidade simbólica ou social daquelas que desafiam ou contrapõem tais expectativas. Assim, proteção e desqualificação inter-relacionam-se uma mesma lógica patriarcal de controle sobre a autonomia feminina.

Marcia Tiburi (2015) afirma que a misoginia contemporânea frequentemente se manifesta de forma sofisticada e disfarçada. Não se expressa apenas por meio da hostilidade aberta ou do desprezo declarado às mulheres, mas também através de mecanismos cotidianos de deslegitimação, silenciamento e inferiorização de suas capacidades intelectuais, profissionais e políticas. Muitas práticas de controle são romantizadas e interpretadas como demonstrações de amor e cuidado. Bell Hooks (2021) argumenta que o patriarcado produz modelos afetivos baseados em posse e controle. Nesse sistema, homens aprendem a associar masculinidade ao poder, enquanto mulheres são educadas para priorizar a manutenção emocional das inter-relações.



A cultura patriarcal transforma a submissão em virtude feminina. A mulher ideal frequentemente é representada como compreensiva, silenciosa, emocionalmente disponível e sacrificável. Consequentemente, práticas opressivas tornam-se invisibilizadas a luz da aparência de proteção e afeto. Nessa perspectiva, o sexismo benevolente revela-se como uma das expressões mais eficazes da dominação contemporânea, pois ressignifica relações de poder em práticas socialmente valorizadas. Ao lado da misoginia, atua na regulação dos comportamentos femininos, recompensando a conformidade e sancionando a autonomia, o que contribui para a permanência das desigualdades de gênero sob formas aparentemente legítimas e culturalmente naturalizadas.

4 EDUCAÇÃO, GÊNERO E NATURALIZAÇÃO DA SUBMISSÃO

Os papéis de gênero começam a ser edificados ainda na infância através da família, da escola, da religião e da mídia. Meninas são frequentemente incentivadas ao cuidado, à sensibilidade e à obediência, enquanto meninos são estimulados à liderança e independência, controle e regulação.

Judith Butler (2003) compreende o gênero como performatividade, isto é, como repetição contínua de normas culturais que produzem a aparência de naturalidade. Assim, aquilo que socialmente se define como “feminino” não corresponde a uma essência biológica, mas a práticas reiteradas culturalmente presentes na cotidianidade. Louro (2023), por sua vez, destaca que a escola exerce papel fundamental na produção das identidades de gênero. As instituições educacionais frequentemente reproduzem expectativas sociais que reforçam desigualdades entre homens e mulheres em um processo cíclico.

A educação sentimental feminina historicamente ensinou mulheres a priorizarem os desejos alheios em detrimento de si próprias. Muitas aprendem desde cedo que precisam agradar, evitar conflitos e preservar relações, mesmo que isso implique silenciar necessidades pessoais, assim como limitando suas inter-relações sociais.

Além disso, a cultura continuamente associa valor feminino, à devida aprovação masculina. O reconhecimento social da mulher permanece fortemente vinculado à aparência, à sexualidade e à validação afetiva. Na contemporaneidade, as redes sociais maximizam essas dinâmicas ao ampliarem padronizações de comparação, exposição e validação constante. Embora apresentadas como contextos de liberdade, as plataformas digitais frequentemente reproduzem exigências patriarcais relacionadas ao corpo e ao comportamento feminino.

A imposição de padrões rígidos e a classificação binária de papéis de gênero operam como forças de exclusão na cotidianidade escolar e social. Diante disso, faz-se necessário propor um modelo que rompa com as estruturas de normatização dominantes. Conforme adverte Klemz (2023), o resgate da dignidade humana daqueles que são colocados à margem por não corresponderem a uma padronização social exige uma busca ativa pela naturalização da diversidade. Sob o aporte teológico e educacional, o autor preconiza



uma formação voltada à alteridade, essencial para transformar mentalidades cristalizadas e mitigar os efeitos do desgaste emocional decorrentes de processos contínuos de invisibilização

A submissão contemporânea, portanto, não ocorre apenas pela imposição direta, mas pela internalização de padrões culturais que moldam subjetividades femininas. A naturalização dessas aprendizagens evidencia que a submissão feminina não se sustenta apenas por dispositivos externos de controle, mas pela incorporação de normas sociais que moldam desejos, comportamentos e expectativas. Nesse processo, educação, sexismo e misoginia articulam-se na manutenção de estruturas que limitam a autonomia das mulheres e reproduzem desigualdades sob a aparência de normalidade social.

5 O SEXISMO CONTEMPORÂNEO E AS NOVAS FORMAS DE CONTROLE

Apesar do dinamismo promovido pelos movimentos feministas, o sexismo permanece atuante nas estruturas sociais contemporâneas. Entretanto, suas formas de manifestação tornaram-se mais sofisticadas e menos perceptíveis. Discursos de empoderamento frequentemente coexistem com padrões rígidos de feminilidade. Mulheres são incentivadas à independência profissional, mas continuam submetidas a cobranças relacionadas à beleza, maternidade, comportamento emocional e desempenho afetivo.

A cultura contemporânea produz uma contradição constante: exige autonomia feminina enquanto mantém expectativas tradicionais de submissão emocional e cuidado excessivo. A mulher moderna deve ser independente, mas não excessivamente autônoma; forte, mas emocionalmente disponível; livre, mas socialmente aceitável.

As relações afetivas também reproduzem essas ambiguidades. O controle emocional frequentemente é romantizado como demonstração de amor. Ciúme possessivo, vigilância digital e dependência emocional tornam-se práticas normalizadas.

O sexismo contemporâneo operacionaliza justamente por sua capacidade de adaptação. Ele deixa de aparecer apenas como proibição explícita e passa a manifestar-se através de padrões culturais internalizados. Desse modo, combater o sexismo exige reconhecer não apenas formas evidentes de violência, mas também dispositivos sutis de controle legitimados socialmente.

Longe de representar um fenômeno superado, o sexismo contemporâneo evidencia a capacidade de renovação das estruturas patriarcais. Ao articular discursos de liberdade com mecanismos de vigilância, normatização e julgamento das mulheres, mantém-se associado à misoginia como forma de disciplinamento social, assegurando a reprodução de hierarquias de gênero sob aparências compatíveis com os valores contemporâneos de autonomia e igualdade.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sexismo constitui uma estrutura histórica complexa que perpassa manifestações explícitas de discriminação contra mulheres. Muitas de suas formas mais eficazes de atuação encontram-se precisamente nos discursos aparentemente positivos de proteção, cuidado e idealização feminina, o que de fato não os são. Ao analisar o sexismo como cultura dúbia, percebe-se que práticas protetivas frequentemente funcionam como instrumentos de controle e manutenção das hierarquizações patriarcais. A mulher protegida historicamente foi também a mulher vigiada, limitada e silenciada.

As contribuições teóricas de Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu, Heleieth Saffioti, Judith Butler, bell hooks, Peter Glick, Susan Fiske, Marcia Tiburi e Guacira Lopes Louro, permitem compreender que a submissão feminina não decorre da natureza, mas de conjuntos culturais que naturalizam desigualdades.

Torna-se fundamental desenvolver uma educação voltada a criticidade que seja capaz de questionar padrões de gênero historicamente cristalizados. Isso implica reconhecer que o cuidado não pode ser confundido com posse, nem a proteção utilizada como justificativa para restrição da liberdade feminina.

O enfrentamento do sexismo exige não apenas combater violências explícitas, mas também problematizar práticas cotidianas aparentemente inofensivas que perpetuam relações desiguais de poder. Somente através da desconstrução dessas estruturas simbólicas será possível construir relações mais livres, igualitárias e humanizadas.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GLICK, Peter; FISKE, Susan. **The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating Hostile and Benevolent Sexism**. Journal of Personality and Social Psychology, 1996.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

KLEMZ, Charles. Inclusão ou diversidade?. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 28, n. 1, p. 385–397, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/2646>. Acesso em: 9 jun. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Vozes, 2014.

PEDROSO, Fabiano; KLEMZ, Charles. The violence of prophetic language: poetry, rupture, and denunciation in the oracles of amos. **Remunom**, v. 2, p. 1-18, maio 2026. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/6556>. Acesso em: 9 jun. 2026.



SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**: reflexões sobre o cotidiano autoritário. Rio de Janeiro: Record, 2015.